

Jul, mais uma vez às voltas com nossas contas.

Nenhum compromisso foi estabelecido pelo governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a respeito de uma taxa de inflação, segundo afirmou ontem o secretário da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (Seap), Milton Dallari, após reunir-se durante cerca de duas horas com a chefe-adjunta da Divisão do Atlântico do FMI, Ana Maria Jul.

Jul iniciou ontem o novo levantamento de dados sobre o desempenho da economia do País e que servirão de referência à missão de auditagem do Fundo, que virá em agosto. A economista do FMI manterá hoje novos contatos com o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Silvio Rodrigues Alves, e ainda com o superintendente do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), José Augusto Arantes Savasini.

Dallari admitiu ter feito com Jul uma avaliação do desempenho da inflação no segundo trimestre e concluído que o crescimento ocorrido nos últimos meses, em termos de taxas mensais e trimestrais, decorreu da internação de alguns preços de exportação, ou seja, da cobrança, no mercado interno, de preço idêntico ao negociado no Exterior, para um mesmo produto.

Ao afirmar que não há compromisso com o Fundo a respeito de uma taxa explícita de inflação, o secretário da Seap reiterou que a inflação não constitui, no âmbito do acordo negociado com o Fundo, um critério de desempenho, tanto que, nos memorandos técnicos de entendimento que sempre acompanham as cartas de intenção, não há menção à quantificação da taxa inflacionária. Ela está implícita na definição de outros parâmetros, como o déficit do setor público.

Agir rápido

Diversos segmentos do sistema financeiro (bancos estaduais, Sistema Financeiro da Habitação, Previdência Social) estão visivelmente comprometidos. Para rolar seu passivo, o governo vem injetando recursos através de "operações especiais", com reflexos diretos sobre o controle monetário. E isso se reflete nos juros internos, cuja alta retrai ainda mais o nível de atividade dos setores produtivos.

Ao mesmo tempo, o atual esforço de controle da liquidez está concentrado em apenas dois instrumentos básicos: geração maciça de superávits fiscais e contenção forte dos créditos das autoridades monetárias, em particular do Banco do Brasil. No

entanto, esses instrumentos já não satisfazem, a exemplo das operações no open market.

Por isso, é necessário rever a meta monetária prometida ao FMI. O governo deseja aumentar a expansão monetária de 50 para 80 ou 90%, este ano. A inflação não vai declinar como se previa. E, se não houver um abrandamento no arrocho imposto ao crédito do Banco do Brasil, os juros pós-fixados também tenderão a aumentar ainda mais.

Essas constatações são de um texto elaborado por técnicos do Banco Central, que servirá de base para as autoridades econômicas discutirem, primeiro com Jul, e depois com a missão completa do FMI. Os técnicos recomendam às autoridades econômicas que façam ver ao FMI que é necessário "agir rápido" para que o País possa retomar o desenvolvimento.

Ressaltam também que neste segundo semestre a inflação será pressionada pelo aumento de preços dos produtos agrícolas. E que a política do governo, de utilizar os dólares obtidos nas exportações para importar alimentos, poderá enfraquecer a posição do País nas próximas renegociações da dívida externa.